

A PILHAGEM DE ÁFRICA

Senhores da Guerra,
Oligarcas, Multinacionais,
Contrabandistas e o Roubo
da Riqueza Africana

TOM BURGIS

JORNALISTA DE INVESTIGAÇÃO PREMIADO

▼ o g a i s

*Dedicado à minha mãe e ao meu pai
E à sua mesa de cozinha*

ÍNDICE

	Nota do Autor	7
INTRODUÇÃO	A Maldição das Riquezas.....	13
CAPÍTULO 1	Futungo, SA	25
CAPÍTULO 2	«É Proibido Urinar no Parque».....	51
CAPÍTULO 3	Incubadoras de Pobreza.....	93
CAPÍTULO 4	<i>Guanxi</i>	119
CAPÍTULO 5	Quando os Elefantes Lutam, a Erva é Espezinhada	147
CAPÍTULO 6	Uma Ponte para Pequim	185
CAPÍTULO 7	Finanças e Cianeto	213
CAPÍTULO 8	Isto Não Tem Nada Que Ver com Deus	245
CAPÍTULO 9	Ouro Negro.....	291
CAPÍTULO 10	Os Novos Reis do Dinheiro	305
EPÍLOGO	Cumplicidade.....	339
	Notas	343
	Agradecimentos	395

NOTA DO AUTOR

Em finais de 2010, comecei a sentir-me doente. Inicialmente atribuí as náuseas constantes a um ataque de malária e a uma infeção no estômago contraída durante uma viagem que fizera uns meses antes, quando fui cobrir um ato eleitoral na Guiné, mas a doença persistiu. Voltei para o Reino Unido para aquilo que devia ser uma semana de descanso antes de voltar a Lagos, a megacidade nigeriana onde trabalhava como correspondente do *Financial Times* para a África Ocidental, onde prepararia as coisas para abandonar aquela delegação. Um médico meteu-me uma câmara pela garganta e não encontrou nada. Deixei de dormir. Tinha sobressaltos com ruídos e volta e meia desatava a chorar. No fim dessa semana, estava eu a dirigir-me a uma loja onde ia comprar um jornal para a viagem de comboio para o aeroporto, quando senti as pernas fraquejarem. Adiei o voo e fui a outro médico que me remeteu para uma consulta de psiquiatria. No consultório do psiquiatra, comecei a explicar que andava exausto e confuso, e pouco depois comecei a soluçar descontroladamente. O psiquiatra disse-me que eu tinha uma depressão grave e que devia ser internado numa ala psiquiátrica imediatamente. Ali puseram-me a *Diazepam*, um fármaco para a ansiedade, e a antidepressivos. Depois de alguns dias no hospital, tornou-se claro que algo mais me atormentava para além da depressão.

Dezoito meses antes, tinha viajado de Lagos para Jos, uma cidade na linha divisória entre o norte da Nigéria, predominantemente

muçulmano, e o sul, maioritariamente cristão, para cobrir um surto de violência sectária. Cheguei a uma aldeia nos arredores, pouco depois de uma multidão ter deitado fogo a casas e aos seus ocupantes, entre eles crianças e um bebé. Tirei fotografias, contei corpos e escrevi a minha história. Depois de alguns dias a tentar perceber as causas do massacre, parti para a missão seguinte. Nos meses que se seguiram, quando imagens de corpos me assaltavam o espírito, instintivamente forçava-me a afastá-las, incapaz de olhar para elas.

Os fantasmas de Jos compareceram ao lado da minha cama de hospital. A mulher que fora atirada a um poço. O idoso com o pescoço partido. O bebé — sempre o bebé. Uma vez chegados, os fantasmas não mais arredavam pé. O psiquiatra e o terapeuta que tinham trabalhado nas forças armadas — ambos experientes e bondosos — começaram a tratar-me do que foi diagnosticado como perturbação de stress pós-traumático (PSPT). Um amigo meu, que já assistiu a muitos cenários de horror, concebeu uma metáfora através da qual se pode compreender melhor a PSPT. Ele compara o cérebro a um daqueles buracos de golfe portáteis com que os jogadores de golfe praticam as pancadas. Normalmente as bolas caem suavemente no buraco, e as experiências, uma após outra, são processadas e arquivadas na memória. No entanto, depois, dá-se um acontecimento traumático — um acidente de automóvel, uma agressão, um acontecimento atroz — e a bola não cai no buraco. Anda às voltas no cérebro, provocando danos. A ansiedade aumenta até se tornar omnipresente. Viva e visceral, essa memória aparece brilhante, por vezes espontaneamente, por vezes desencadeada por uma associação — no meu caso, um filme violento ou alguma coisa que tenha sido queimada.

A minha família e amigos perseveraram e não me deixaram ir abaixo. Misericordiosamente, houve momentos de humor negro durante as minhas seis semanas na enfermaria. Quando o apresentador da BBC, dando as boas-vindas aos espetadores

quando fazia a cobertura do casamento do Príncipe William e Kate Middleton, declarou: «Os espetadores irão lembrar-se onde estavam neste dia para o resto das suas vidas», o público de toxicómanos e depressivos na sala dos doentes irrompeu num coro de riso sardónico e insultos criativos dirigidos ao ecrã.

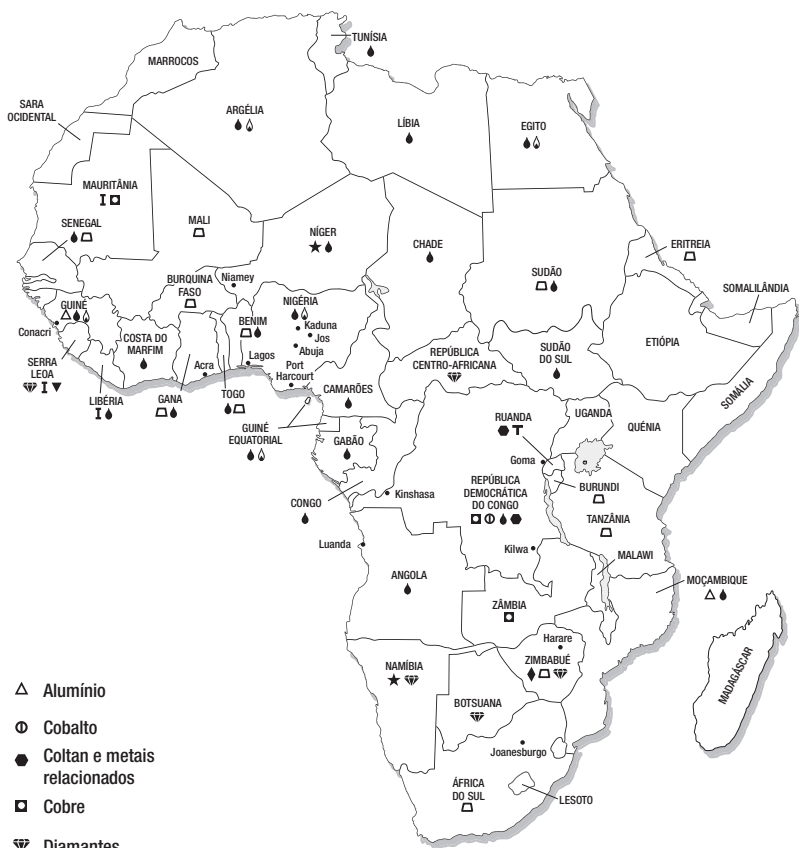
O tratamento da PSPT é tão simples quanto brutal. Como um aracnóforo a quem é mostrado o desenho de uma aranha, depois o vídeo de uma aranha e depois é gradualmente exposto a uma aranha verdadeira até que é capaz de fazer festas a uma tarântula, tentei enfrentar as memórias de Jos. Armado apenas com alguns aromas reconfortantes — camomila e uma velha embalagem de protetor solar coberta de areia, ambas evocativas de uma infância feliz —, assentei no papel as recordações do que tinha visto, chorando para cima das palavras à medida que o meu terapeuta me incentivava a continuar. Depois, dia após dia, lia o que escrevera em voz alta uma vez após outra.

Lentamente, o meu terror diminuiu, deixando atrás de si um sentimento de culpa. Sentia que devia sofrer como os que morreram tinham sofrido — se não da mesma maneira, então, de alguma forma, no mesmo grau. O facto de estar vivo tornou-se uma dívida impagável aos mortos. Só passados meses é que chegou o dia em que percebi que tinha de escolher: se estivesse a ser julgado pelo massacre em Jos, será que um júri constituído pelos meus pares — em vez do juiz severo da minha imaginação — me consideraria culpado? Escolhi a paz, para deixar os fantasmas descansarem.

Não foi, contudo, uma exoneração completa. Eu tinha escrito que «as rivalidades étnicas» haviam espoletado os massacres em Jos, como de facto tinham. Mas rivalidades porquê? A maior parte dos 170 milhões de pessoas da Nigéria é extremamente pobre, mas a nação é, pelo menos num certo aspeto, fabulosamente rica: as exportações de petróleo nigeriano geram receitas de dezenas de milhares de milhões de dólares todos os anos.

Comecei a ver o fio condutor que liga um massacre numa aldeia africana remota com os confortos e prazeres de que nós, nas partes mais ricas do mundo, desfrutamos. Passa pela economia globalizada, das zonas de guerra até aos pináculos do poder e da riqueza em Nova Iorque, Hong Kong e Londres. Este livro é a minha tentativa de seguir esse rasto.

PRINCIPAIS RECURSOS MINERAIS DE ÁFRICA



- △ Alumínio
- ⊙ Cobalto
- Coltan e metais relacionados
- Cobre
- ◊ Diamantes
- 💧 Gás
- ◻ Ouro
- I Ferro
- Petróleo
- ◆ Platina
- T Estanho
- ▼ Titânio
- ★ Urânio

* Recursos que representam pelo menos 10 por cento das exportações nacionais; dados do último ano disponível

*Aquele momento suspenso em que
todos veem a realidade nua e crua.*

WILLIAM BURROUGHS, *Festim Nu*

INTRODUÇÃO

A MALDIÇÃO DAS RIQUEZAS

Do lado oposto da Bolsa de Nova Iorque, naquilo a que a placa de sinalização turística chama as «encruzilhadas financeiras do mundo», a fachada de pedra imponente do n.º 23 de Wall Street evoca o poder do homem para cujo banco foi construída para acolher em 1913: J.P. Morgan, o titã capitalista da América. O exterior do edifício é conhecido através de Hollywood — serviu de bolsa da cidade de Gotham no filme *O Cavaleiro das Trevas Renasce*, de 2012 — mas, quando o visitei, em 2013, a tapete vermelha estava suja e encharcada com a chuva miudinha que soprava do Atlântico. Através dos vidros foscos dos portões de metal fechados, a única coisa visível no interior esventrado onde brilhou, em tempos, um grande e resplandecente lustre eram algumas lâmpadas fluorescentes, escadarias forradas em madeira contraplacada e um sinal vermelho brilhante que dizia «SAÍDA».

Apesar do mau estado, o n.º 23 de Wall Street permanece um símbolo da elite, um troféu no jogo permanentemente mutável do comércio mundial. O endereço dos seus atuais donos é um escritório no décimo andar de um arranha-céus em Hong Kong. Anteriormente um quartel do exército britânico, o n.º 88 de Queensway foi transformado nas torres espelhadas do Pacific Place, refletindo a luz solar sobre o centro financeiro. O sumptuoso centro comercial do rés do chão, com ar condicionado contra

a pesada humidade lá de fora, tem as paredes forradas com lojas de marcas de luxo: *Armani, Prada, Chanel, Dior*. O Hotel Shangri La, que ocupa os andares de cima da segunda das sete torres do Pacific Place, tem suites a 10 mil dólares por noite.

O escritório, no décimo andar, é muito mais discreto. Assim como o pequeno grupo de homens e mulheres que o usam como morada oficial para si próprios e para a sua rede de empresas. Para aqueles que tentaram seguir a sua evolução, são informalmente conhecidos como o «Queensway Group».¹ Os seus interesses, mantidos através de uma estrutura empresarial complexa e mecanismos *offshore* sigilosos, estão em Moscovo e Manhattan, Coreia do Norte e Indonésia. Os seus parceiros comerciais incluem empresas estatais chinesas; a BP, a Total e outras empresas petrolíferas ocidentais; e a Glencore, o gigante do comércio de bens essenciais sediado numa cidade suíça. Porém, a fortuna e influência do Queensway Group advêm-lhe fundamentalmente dos recursos naturais que se encontram por baixo dos solos de África.

Aproximadamente equidistante, a cerca de 11 mil quilómetros de cada uma, entre o n.º 23 de Wall Street em Nova Iorque e o n.º 88 de Queensway, em Hong Kong, ergue-se outro arranha-céus. O edifício dourado no centro da capital de Angola, Luanda, sobe até aos 24 andares, oferecendo uma ampla vista para a baía onde o Atlântico banha as costas do sudoeste de África. É chamado CIF Luanda One, mas é conhecido pelos habitantes como o Edifício Tom e Jerry, por causa dos desenhos animados que eram projetados nas suas paredes exteriores quando tomava forma, em 2008. No interior, há um salão de baile, um bar com zona de fumadores e os escritórios de empresas petrolíferas estrangeiras que exploram as suas prodigiosas reservas submarinas de crude.

Um guarda com ar sólido vigia a entrada, acima da qual esvoaçam três bandeiras. Uma é a de Angola. A segunda é da China, a potência emergente que construiu estradas, pontes e caminhos

de ferro em abundância em Angola, que, por sua vez, fornece um em cada sete barris do petróleo que a China importa para alimentar o seu vertiginoso crescimento económico. A estrela amarela do comunismo adorna ambas as bandeiras, mas, hoje em dia, as credenciais socialistas dos governantes de cada nação coexistem desconfortavelmente com a sua riqueza fabulosa.

A terceira bandeira não pertence a nenhuma nação, mas sim à empresa que construiu a torre. Sobre um fundo branco, ostenta três grandes letras: CIF, que quer dizer China International Fund (Fundo Internacional da China), um dos braços mais visíveis da misteriosa rede multinacional do Queensway Group. Combinadas, as três bandeiras são estandartes de um novo tipo de império.

Em 2008, comecei a trabalhar como correspondente do *Financial Times* em Joanesburgo. Eram tempos de crescimento acelerado — ou, pelo menos, tinham sido. Os preços das matérias-primas que a África do Sul e os seus vizinhos possuem em abundância tinham crescido inexoravelmente desde o princípio do milénio, à medida que a China, a Índia e outras economias de crescimento rápido desenvolviam um apetite voraz por recursos. Durante os anos 90 do século passado, o preço médio de uma onça de platina tinha sido de 470 dólares². Uma tonelada de cobre custava \$2600, um barril de petróleo bruto, \$22. Em 2008, o preço da platina triplicara para \$1500, e o cobre era duas vezes e meia mais caro, estando a \$6800. O petróleo tinha mais do que quadruplicado, para \$95, e, num dia de julho de 2008, atingiu \$147 por barril. Até que o sistema bancário americano implodiu. As ondas de choque fizeram-se sentir na economia à escala global e os preços das matérias-primas caíram. Executivos, ministros e mineiros desempregados assistiam horrorizados enquanto a irresponsabilidade de banqueiros distantes punha em perigo os rendimentos dos recursos que representavam a

sobrevivência económica de África. Mas a China e o resto do mundo continuaram a crescer. Alguns anos depois, os preços das matérias-primas regressaram aos níveis que antecederam a crise. O crescimento foi retomado.

Andei pelo sul de África durante um ano, cobrindo eleições, golpes de estado e julgamentos por corrupção, esforços para aliviar a pobreza e as fortunas das empresas mineiras gigantes com sede em Joanesburgo. Em 2009, fui viver para Lagos a fim de passar dois anos a acompanhar o barril de pólvora que constituem as nações da África Ocidental.

Há muitas teorias sobre as causas da penúria e conflitos do continente, muitas das quais encaram os 900 milhões de pessoas e 48 países da África negra, a região a sul do deserto do Sara, como uma massa homogénea³. Os colonizadores tinham arruinado a África, diziam alguns dos autores das teorias, e o seu sofrimento foi agravado pelos ditames do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional; outros consideravam que os africanos são incapazes de se governar, são excessivamente «tribais» e, por natureza, dados à corrupção e à violência. Depois, havia aqueles que achavam que África estava a ir muito bem, em geral, mas que os jornalistas que procuram histórias sensacionalistas e as organizações de beneficência que pretendem sensibilizar os doadores distorciam a sua imagem. As receitas eram tão variadas e contraditórias como os diagnósticos: cortar os gastos dos governos para permitir que as empresas privadas cresçam; concentrar-se na reforma das forças armadas; promover a «boa governação» ou capacitar as mulheres; bombardear o continente com ajuda; ou forçar a abertura dos mercados africanos a fim de arrastar o continente para a economia global.

Enquanto o mundo rico lutava com a recessão, os analistas, investidores e peritos em desenvolvimento começaram a declarar que África, pelo contrário, estava a crescer. Os indicadores comerciais sugeriam que, graças a uma revolução económica conduzida pelo aumento da procura de matérias-primas, uma

classe média florescente estava a substituir a tendência africana para o conflito por um consumo vertiginoso de telemóveis e whiskey caro. Porém, esta análise otimista apenas se justificava em zonas muito delimitadas do continente. Quando viajei pelo Delta do Níger, a zona poluída por derrames de petróleo onde se situa a indústria petrolífera da Nigéria, ou nos campos de batalha ricos em minerais do leste do Congo, comecei a acreditar que a grande abundância de recursos naturais de África não iria ser a sua salvação, mas sim a sua maldição.

Há mais de duas décadas que os economistas tentam perceber o que faz com que os recursos naturais semeiem o caos. «Paradoxalmente», escreveram Macartan Humphreys, Jeffrey Sachs e Joseph Stiglitz da Universidade de Columbia, em 2007, «apesar das perspectivas de riqueza e oportunidades que acompanham a descoberta e extração de petróleo e outros recursos naturais, é demasiado frequente tais dádivas impedirem em vez de promoverem o desenvolvimento sustentável e equilibrado».4 Os analistas da consultora McKinsey calcularam que 69 por cento das pessoas em pobreza extrema vivem nos países onde o petróleo, gás e minerais desempenham um papel dominante na economia e que os rendimentos médios nesses países se encontram esmagadoramente abaixo da média global.5 O enorme número de pessoas que vive naqueles que são alguns dos estados mais ricos do planeta, medidos pelos seus recursos naturais, é impressionante. Segundo o Banco Mundial, a proporção da população que vive em pobreza extrema, calculada como sendo aqueles que vivem com menos do que \$1,25 por dia e ajustada ao que essa miserável quantia compra em cada país, é de 68 por cento na Nigéria e 43 por cento em Angola, respetivamente o primeiro e segundo maiores produtores de petróleo e gás. Na Zâmbia e no Congo, cuja fronteira comum divide a cintura de cobre de África, a taxa de pobreza extrema é de 75 por cento e

88 por cento, respetivamente. Por comparação, 33 por cento dos indianos vive em pobreza extrema, 12 por cento dos chineses, 0,7 por cento dos mexicanos e 0,1 por cento dos polacos.

O fenómeno a que os economistas chamam «a maldição dos recursos» não dá, obviamente, uma explicação universal para a existência da guerra nem da fome, em África ou noutra parte do mundo: a corrupção e a violência étnica também atingiram países africanos onde as indústrias de recursos são uma parte relativamente insignificante da economia, como o Quénia. Nem todos os países ricos em recursos estão condenados: veja-se a Noruega. Porém, a maior parte das vezes, acontecem coisas desagradáveis nos países onde as indústrias extrativas, como são conhecidas as empresas petrolíferas e mineiras, dominam a economia. O resto da economia fica distorcido à medida que os dólares são despejados no país para comprar recursos. A receita que os governos recebem dos recursos das suas nações não é ganha: os estados simplesmente atribuem licenças a empresas estrangeiras para bombear petróleo ou escavar minério. Este tipo de rendimento é chamado «renda económica» e não promove uma boa gestão. Cria um pote de dinheiro à disposição daqueles que controlam o estado. Em níveis extremos, o contrato entre governantes e governados quebra-se porque a classe governante não precisa de lançar impostos sobre as pessoas para financiar o governo — por isso, não precisa do consentimento delas.

Sem qualquer compromisso para com a população, um regime alimentado por recursos naturais tem tendência para gastar o rendimento nacional em coisas que beneficiam os seus próprios interesses: as despesas com a educação caem, ao mesmo tempo que os orçamentos militares aumentam.⁶ A indústria de recursos é geneticamente propensa à corrupção. A cleptocracia, ou governo pelo roubo, prospera. Uma vez no poder, há poucos incentivos para o deixarem. Uma economia baseada num pote central de rendimentos dos recursos é a receita para uma política de «homens grandes». Os quatro governantes que há

mais tempo se mantêm no poder — Teodoro Obiang Nguema, da Guiné Equatorial, José Eduardo dos Santos, de Angola, Robert Mugabe, do Zimbabué, e Paul Biya, dos Camarões — presidem todos a estados africanos ricos em petróleo e minerais. Somados, governam há 136 anos.

Dos oligarcas russos do petróleo até aos conquistadores que saquearam o ouro e a prata da América Latina há séculos, as rendas dos recursos concentram riqueza e poder nas mãos de poucos. Eles geram aquilo a que Said Djinnit, um político argelino que, como alto funcionário das Nações Unidas na África Ocidental, servindo como mediador numa sucessão de golpes de estado, chama «a luta pela sobrevivência ao mais alto nível.»⁷ A sobrevivência significa capturar esse pote de rendimento. Muitas vezes, significa que outros têm de morrer.

A maldição dos recursos não é exclusiva de África, mas é mais virulenta no continente que é, ao mesmo tempo, o mais pobre do mundo e, provavelmente, o mais rico.

África tem 13 por cento da população mundial e apenas 2 por cento do seu produto interno bruto cumulativo, mas é o repositório de 15 por cento das reservas de petróleo bruto do planeta, 40 por cento do seu ouro e 80 por cento da sua platina — e esta é provavelmente uma subavaliação, dado que o continente foi menos minuciosamente explorado do que outros.⁸ As minas de diamantes mais ricas estão em África, tal como estão significativos depósitos de urânio, cobre, minério de ferro, bauxite (o minério usado para fazer o alumínio), e praticamente todos os outros frutos da geologia vulcânica. Segundo um cálculo, a África contém cerca de um terço dos recursos minerais e hidrocarbonetos.⁹

As pessoas de fora muitas vezes pensam em África como um sumidouro de filantropia, um continente que engole ajuda em vão, e, em troca, contribui pouco para a economia global. Mas olhe-se mais atentamente para a indústria dos recursos, e a relação entre África e o resto do mundo parece bastante diferente. Em 2010, as exportações minerais e de combustíveis vindas de

África valiam \$333 mil milhões, mais do que sete vezes o valor da ajuda que seguiu em sentido contrário (e isto antes de incluir as vastas somas que se esfumaram para fora do continente através da corrupção e de artimanhas fiscais).¹⁰ Contudo, a disparidade entre a vida nos lugares onde esses recursos se encontram e os lugares onde são consumidos dá uma ideia de onde os benefícios do petróleo e da atividade mineira se acumulam — e por que razão a maior parte dos africanos ainda mal sobrevive. Por cada mulher que morre de parto em França, cem morrem na nação desértica do Níger, a principal fonte de urânio que abastece uma economia de França alimentada por energia nuclear. O finlandês ou sul-coreano médio pode esperar viver 80 anos, sustentados por economias entre cujas empresas mais valiosas estão, respetivamente, a Nokia e a Samsung, os dois principais fabricantes de telemóveis do mundo. Por contraste, se por acaso nasceu na República Democrática do Congo, que tem alguns dos depósitos mais ricos de minerais que são cruciais para a produção de baterias de telemóveis, terá sorte se passar dos 50 anos.

Os carregamentos de petróleo e minério africanos andam para cá e para lá, principalmente para a América do Norte, Europa e, cada vez mais, para a China, mas em geral os recursos naturais do continente afluem para um mercado global no qual os operadores baseados em Londres, Nova Iorque e Hong Kong estabelecem os preços. Se a África do Sul exportar menos ouro, a Nigéria menos petróleo, ou o Congo menos cobre, o preço sobe para toda a gente. As rotas comerciais mudam: a produção crescente de gás de xisto nos Estados Unidos fez reduzir as importações de petróleo da Nigéria ultimamente, por exemplo, com o petróleo a ir antes para a Ásia. Porém, com base na proporção do fornecimento mundial total pelo qual África é responsável, se se abastecer o carro 14 vezes, um desses depósitos terá sido refinado a partir de petróleo africano.¹¹ Da mesma maneira, há um lasca de tântalo das terras áridas do leste do Congo dentro de um em cada cinco telemóveis.

África não só é desproporcionalmente rica em recursos naturais, como também é desproporcionalmente dependente deles. O Fundo Monetário Internacional define um país «rico em recursos» — um país que está em risco de sucumbir à maldição dos recursos — como sendo um país que depende dos recursos naturais em mais de um quarto das suas exportações. Há pelo menos 20 países africanos que se incluem nesta categoria.¹² Os recursos são responsáveis por 11 por cento das exportações da Europa, 12 por cento das da Ásia, 15 das da América do Norte, 42 por cento da América Latina e 66 por cento das de África — ligeiramente mais do que nos antigos estados soviéticos e ligeiramente menos do que no Médio Oriente.¹³ O petróleo e o gás são responsáveis por 97 por cento das exportações da Nigéria e 98 por cento das de Angola, onde os diamantes constituem grande parte do resto.¹⁴ Quando, na segunda metade de 2014, os preços das matérias-primas começaram a cair, os estados africanos donos dos recursos foram lembrados dessa dependência: o crescimento acelerado conduziu a extravagâncias ao nível dos gastos e do crédito, e a perspectiva de uma queda abrupta nos rendimentos dos recursos fizeram os orçamentos da Nigéria, Angola e outros países ficar numa situação claramente precária.

A maldição dos recursos não é meramente um fenómeno económico infeliz, produto de uma força intangível; pelo contrário, o que está a acontecer nos estados donos de recursos em África é uma pilhagem sistemática. Tal como as suas vítimas, os seus beneficiários têm nomes. O saque do sul de África começou no século XIX, quando as expedições de descobridores, enviados imperiais, mineiros, mercadores e mercenários se internavam desde a costa até ao interior do continente, o seu apetite por riquezas minerais aguçado por diamantes e ouro à volta do entreposto que haviam fundado em Joanesburgo. Ao longo da costa africana, os operadores costeiros partiam já com escravos, ouro e óleo de palma. Em meados do século XX já era extraído petróleo na Nigéria. À medida que os colonos europeus partiam e

os estados africanos conquistavam a sua soberania, os colossos empresariais da indústria dos recursos conservaram os seus interesses. Apesar de todos os avanços tecnológicos que definiram o início do milénio — e apesar do começo da perceção dos danos que os combustíveis fósseis estão a impor ao planeta —, as matérias-primas básicas que existem em abundância em África continuam a ser os principais ingredientes da economia global.

Os responsáveis das indústrias mineira e do petróleo, que compreendem muitas das empresas multinacionais mais ricas, não gostam de pensar em si próprios como parte do problema. Alguns consideram-se parte da solução. «Metade do PIB do mundo é baseado nos recursos», disse Andrew Mackenzie, diretor executivo da maior empresa mineira do mundo, BHP Billiton, num jantar de 500 altos dignitários da indústria, no Lord's Cricket Ground, em Londres, em 2013. «Eu diria: é todo», continuou ele. «É esse o nobre objetivo da nossa atividade: fornecer o crescimento económico que ajuda milhões, se não milhares de milhões de pessoas a sair da pobreza.»¹⁵

A extração mineira não é necessariamente pilhagem; há mineiros, senhores do petróleo e empresas inteiras cuja ética e conduta são contrárias à dos saqueadores. Muitos das centenas de executivos, geólogos e financiadores desta área que conheci acreditam que estão efetivamente a servir uma causa nobre — e muitos conseguem argumentar justificando que, sem os seus esforços, as coisas estariam muito piores. O mesmo acontece com os políticos e funcionários públicos africanos que lutam por aproveitar os recursos naturais para tirar os seus compatriotas da pobreza. Contudo, a máquina que está a pilhar África é mais poderosa do que todos eles.

Essa máquina de pilhagem foi modernizada. Onde outrora os tratados assinados à força expropriavam os habitantes de África da sua terra, ouro e diamantes, hoje as falanges de advogados que representam as empresas petrolíferas e empresas mineiras com receitas anuais de centenas de milhares de milhões de

dólares impõem condições de miséria aos governos africanos e utilizam esquemas de evasão fiscal para retirar receita às nações pobres. Em vez dos antigos impérios, ocultam-se agora redes de multinacionais, agentes e potentados africanos. Estas redes fundem o poder dos estados e das empresas. Não estão alinhados com nenhuma nação e pertencem, antes, a elites transnacionais que floresceram na era da globalização. Servem, acima de tudo, o seu próprio enriquecimento.

CAPÍTULO 1

FUTUNGO, SA



POUCO MAIS DO QUE MEDO e esgotos correm pela encosta inclinada que separa o complexo presidencial de Angola do bairro de lata ribeirinho mais abaixo. Dilatado por refugiados que fugiram de uma guerra civil que durante três décadas ora estalava ora parava no interior, Chicala estende-se a partir da marginal principal de Luanda, a capital. De tempos a tempos o oceano envia uma tempestade que arrasa as habitações pobres. Os barqueiros afadigam-se nas enseadas, enquanto os seus passageiros se habituam ao mau cheiro que emana das águas.

Este não é o rosto que Angola prefere apresentar ao mundo. Desde o fim da guerra civil, em 2002, esta nação de 20 milhões de pessoas registou algumas das taxas de crescimento económico mais altas da década, por vezes ultrapassando mesmo a China. Os campos de minas cederam o lugar a novas estradas e caminhos de ferro, parte de uma tentativa multibilionária para reconstruir um país que um dos piores conflitos por procuração da Guerra Fria tinha desfeito quase totalmente. Hoje, Angola ostenta a terceira maior economia da África subsariana, depois da Nigéria e da África do Sul. Luanda figura consistentemente no

topo das cidades mais caras do mundo para estrangeiros, à frente de Singapura, Tóquio e Zurique. Em hotéis de cinco estrelas cintilantes como o que se encontra ao lado de Chicala, uma sanduíche normal custa \$30. A renda mensal de uma casa de luxo de três quartos, não mobilada, é de \$15 mil.¹ Os concessionários de carros de luxo fazem negócio rápido reparando os SUVs daqueles cujo rendimento cresceu mais depressa do que se conseguem tapar os buracos das estradas congestionadas. Na Ilha de Luanda, a faixa costeira glamorosa de bares e restaurantes que fica a pouca distância de barco de Chicala, os filhos da elite deslocam-se a terra saindo dos seus iates para repor os seus stocks de *Dom Pérignon* a \$2000 por garrafa.

Os caminhos de ferro, os hotéis, as taxas de crescimento e o champanhe, todos vêm do petróleo que se encontra debaixo dos solos e do mar de Angola. E o medo também.

Em 1966, a Gulf Oil, uma empresa petrolífera americana que estava entre as chamadas sete irmãs que então dominavam a indústria, descobriu reservas espantosas de petróleo em Cabinda, um enclave separado do resto de Angola por uma faixa do seu vizinho, o Congo. Quando a guerra civil rebentou após a independência, em 1975, as receitas do petróleo sustentavam o governo comunista no poder do Movimento Popular de Libertação de Angola, ou MPLA, contra os rebeldes apoiados pelo Ocidente, a Unita. Vastas novas descobertas ao largo da costa subiram a parada nos anos 90 do século passado, tanto para as fações em guerra como para os seus aliados estrangeiros. Embora o Muro de Berlim tivesse caído em 1989, a paz só chegou a Angola em 2002, com a morte de Jonas Savimbi, o líder da Unita. Por essa altura já cerca de 500 mil pessoas tinham morrido.

O MPLA achou que a máquina do petróleo que construíra para sustentar o seu esforço de guerra podia ter outra utilidade. «Quando o MPLA deixou cair a sua ideologia marxista no início dos anos 90», escreve Ricardo Soares de Oliveira, uma autoridade em assuntos angolanos, «a elite no poder converteu-se

entusiasticamente ao capitalismo de compadrio».² A corte do presidente — algumas centenas de famílias conhecidas como o Futungo, por causa do Futungo de Belas, o velho palácio presidencial — aventurou-se na «privatização do poder».

Fundindo o poder político e económico como muitas elites pós-coloniais, os generais, os mandachuvos do MPLA e a família de José Eduardo dos Santos, o líder do partido formado na União Soviética que assumiu a presidência em 1979, apossaram-se das riquezas de Angola. Isabel dos Santos, a filha do presidente, acumulou participações financeiras que se estendem desde a banca à televisão em Angola e Portugal. Em janeiro de 2013, a revista *Forbes* nomeou-a a primeira mulher bilionária de África.

A tarefa de transformar a indústria do petróleo de Angola que era dedicada ao orçamento de guerra numa máquina para o enriquecimento da elite de Angola em tempo de paz recaiu sobre um homem baixo e forte, de cara redonda, sorriso vencedor e bigode aparado chamado Manuel Vicente. Abençoado com aquilo a que um colaborador chama «uma cabeça que parece um computador no que diz respeito a números», em jovem ensinara crianças em idade escolar para suplementar os seus magros rendimentos e sustentar a família. Depois de um período como instalador aprendiz, estudou engenharia eletrotécnica. Embora tivesse sido criado por um sapateiro pobre de Luanda e pela sua mulher, uma lavadeira, Vicente acabou por se associar à irmã de José Eduardo dos Santos, assegurando, assim, um laço com o presidente. Enquanto outros quadros do MPLA estudaram em Baku ou Moscovo e voltaram para Angola para fazer a guerra de guerrilha contra a Unita, Vicente poliu o seu inglês e o seu conhecimento da indústria petrolífera no Imperial College, em Londres. Em Angola, começou a sua ascensão através da hierarquia do petróleo. Em 1999, quando a guerra entrou nas suas movimentações finais, o presidente nomeou-o para dirigir a Sonangol, a empresa petrolífera estatal angolana que funciona, nas palavras de Paula Cristina Roque, perita em assuntos angolanos, como

«o principal motor económico» de um «governo-sombra controlado e manipulado pela presidência».³

Vicente tornou a Sonangol numa empresa formidável. Conduziu negociações duras com os gigantes do petróleo que gastaram dezenas de milhares de milhões de dólares no desenvolvimento das plataformas petrolíferas de Angola, entre eles a BP, do Reino Unido, e a Chevron e a ExxonMobil, dos Estados Unidos. Apesar das negociações duras, Angola encantou os gigantes e os seus executivos respeitavam Vicente. «Angola é para nós uma terra de sucesso», disse Jacques Marraud des Grottes, responsável pela exploração e produção africana da francesa Total, que extraiu mais petróleo do país do que qualquer outra empresa.⁴

Durante o mandato de Vicente, a produção petrolífera quase triplicou, aproximando-se dos 2 milhões de barris por dia — mais do que um em cada 50 barris extraídos em todo o mundo. Angola rivalizava com a Nigéria pela coroa de principal exportador de petróleo de África e tornou-se o segundo maior fornecedor da China, depois da Arábia Saudita, ao mesmo tempo que também exportava quantidades significativas para a Europa e para os Estados Unidos. A Sonangol atribuiu a si própria participações em explorações petrolíferas de empresas estrangeiras e usou as receitas para introduzir os seus tentáculos em todos os cantos da economia nacional: imobiliário, cuidados de saúde, banca, aviação. Até tem uma equipa de futebol profissional. A entrada da torre ultramoderna no centro de Luanda que acolhe a sua sede está revestida de mármore, com assentos confortáveis para as resmas de emissários do Ocidente e do Leste que vêm procurar petróleo e contratos. Poucos conseguem acesso aos pisos mais elevados de uma empresa comparada por um estrangeiro que ali trabalhou ao «Kremlin sem os sorrisos». Em 2011, as receitas de \$34 mil milhões da Sonangol rivalizavam com as da Amazon ou da Coca-Cola.

O petróleo é responsável por 98 por cento das exportações de Angola e cerca de três quartos do rendimento do governo.

É também o sustento do Futungo. Quando o Fundo Monetário Internacional examinou as contas nacionais de Angola, em 2011, descobriu que entre 2007 e 2010 desapareceram \$32 mil milhões, uma soma maior do que o Produto Interno Bruto de 43 dos países africanos e equivalente a um em cada quatro dólares que a economia angolana gera anualmente.⁵ A maior parte do dinheiro em falta podia ser imputada a despesas não registadas da Sonangol; \$4,2 mil milhões ficaram completamente por justificar.

Tendo expandido a máquina de pilhagem do Futungo, Manuel Vicente ascendeu ao círculo íntimo. Sendo já membro do comité central do MPLA, esteve durante pouco tempo num posto especial como responsável pela coordenação económica antes de ser nomeado vice-presidente de José Eduardo dos Santos, nunca deixando o seu papel como o Sr. Petróleo de Angola. Trocou a sede da Sonangol, na baixa, pelas vivendas à sombra das acácias da *cidade alta*, o enclave no alto da colina construído pelos colonizadores portugueses que hoje é o centro nevrálgico do Futungo.

Tal como os seus homólogos chineses, o Futungo abraçou o capitalismo sem afrouxar a sua garra sobre o poder político. Só em 2012, depois de 30 anos como presidente, é que José Eduardo dos Santos ganhou um mandato do eleitorado — e mesmo assim só depois de manipular as eleições a seu favor. Os críticos e os que protestam foram encarcerados, espancados, torturados e executados.⁶ Embora Angola não seja um estado policial, o medo é palpável. Um chefe dos serviços secretos é saneado, um avião tem uma avaria, alguns ativistas sofrem uma emboscada, e toda a gente percebe que são potenciais alvos. Há agentes de segurança a cada esquina, deixando bem claro que estão a vigiar. Ninguém quer falar ao telefone porque partem do princípio que estão sob escuta.

Na manhã de sexta-feira, dia 10 de fevereiro de 2012, a indústria do petróleo agitava-se em expectativa. A Cobalt International Energy, uma empresa de exploração petrolífera do Texas, tinha

anunciado resultados sensacionais ao nível da extração. A uma profundidade no mar angolano equivalente a metade da altura do Monte Everest, a Cobalt tinha encontrado aquilo a que chamou um reservatório de petróleo de «dimensão mundial». A descoberta tinha aberto uma das mais promissoras novas fronteiras do petróleo, com a Cobalt na situação ideal quer para extrair o petróleo em si quer para se vender a um dos gigantes e fazer um lucro interessante para os seus proprietários. Quando a Bolsa de Nova Iorque abriu, as ações da Cobalt dispararam. A determinada altura, tinham subido 38 por cento, uma variação tremenda num mercado onde as ações raramente oscilam mais do que dois pontos percentuais. Ao fim do dia, o valor de mercado da empresa estava em \$13,3 mil milhões, mais \$4 mil milhões do que na noite anterior.

Para Joe Bryant, o presidente e diretor executivo que fundou a Cobalt, uma aposta baseada na geologia pré-histórica parecia ter recompensado de forma espetacular. Há cem milhões de anos, antes de as deslocações tectónicas as terem separado, as Américas e África eram um único continente — as duas costas do Atlântico Sul são muito parecidas. Em 2006, empresas petrolíferas tinham perfurado a grossa camada de sal debaixo do mar do Brasil e descoberto uma grande quantidade de petróleo. Uma camada semelhante de sal estendia-se a partir de Angola. Bryant e os seus geólogos questionavam-se se o mesmo tesouro estaria também debaixo da camada de sal de Angola.

Bryant trabalhara como diretor das lucrativas operações da BP em Angola, onde se relacionou com o Futungo. «Joe Bryant fez-se um homem do petróleo do círculo íntimo muito depressa», disse-me um perito em assuntos angolanos bem relacionado. Os executivos franceses eram conhecidos por serem «arrogantes», mas Bryant fez amigos em Luanda. «Ele sabe relacionar-se com eles, sabe como falar com eles», disse o perito. Em 2005, Bryant decidiu aventurar-se sozinho e fundou a Cobalt, levando consigo o diretor de exploração da BP e montando um escritório

em Houston, a capital da indústria petrolífera dos EUA. «Íamos literalmente da minha garagem para a competição com as maiores empresas do mundo», recorda Bryant.⁷

Bryant precisava de financiadores com dinheiro. Encontrou-os em Wall Street. Os corretores da Goldman Sachs há muito que jogavam no mercado das matérias-primas; os banqueiros argutos da Goldman supervisionavam fusões e aquisições entre grupos de recursos. Agora, na Cobalt, teria a sua própria empresa petrolífera. A Goldman e dois dos fundos de investimento privados mais ricos dos Estados Unidos, o Carlyle e o Riverstone, juntos entraram com \$500 milhões para lançar a Cobalt.

Em julho de 2008, quando a Cobalt estava a negociar direitos de exploração para testar a sua teoria sobre o potencial da fronteira petrolífera «pré-sal» de Angola, os angolanos impuseram uma condição. A Cobalt teria de aceitar duas pequenas empresas angolanas desconhecidas como parceiras menores no empreendimento, cada uma com uma participação minoritária. A exigência era parte ostensiva do objetivo confesso do regime de ajudar os angolanos a ganhar âncora numa indústria que dá apenas 1 por cento de empregos e gera quase toda a receita das exportações do país. Consequentemente, em 2010, a Cobalt assinou um contrato em que detinha uma participação de 40 por cento no empreendimento e seria o operador. A Sonangol, a empresa petrolífera estatal, tinha 20 por cento. As duas empresas privadas locais, a Nazaki Oil and Gás e a Alper Oil, receberam 30 por cento e 10 por cento, respetivamente. A exploração começou com determinação. Ainda antes da descoberta incrível, os geólogos da Cobalt tinham batizado o seu projeto angolano «Pó de Ouro».⁸ No auge da subida das ações da Cobalt depois de revelar a sua descoberta angolana, as ações da Goldman Sachs na empresa valiam \$2,7 mil milhões. A Cobalt mudou-se para o outro lado de Houston, para uma sede novinha em folha perto dos escritórios dos gigantes. Uma pessoa que foi ao escritório de Joe Bryant no Centro Cobalt chamou a atenção para a vista deslumbrante sobre

a cidade. «A Cobalt», disse um mediador imobiliário local, «vai ser uma história de enorme sucesso em Houston».⁹

Havia só um senão. O que a Cobalt não tinha revelado — de facto, o que a empresa sustenta que não sabia — era que três dos homens mais poderosos de Angola detinham participações secretas na sua parceira, a Nazaki Oil and Gás. Um deles era Manuel Vicente. Enquanto responsável máximo pela Sonangol na altura do negócio da Cobalt, ele supervisionou a atribuição das concessões de petróleo e as condições dos contratos. Os outros dois donos secretos da Nazaki não eram menos influentes. Leopoldino Fragoso do Nascimento, um antigo general conhecido como Dino, tem interesses desde as telecomunicações até ao comércio do petróleo. Em 2010, foi nomeado assessor do terceiro dono poderoso da Nazaki, o general Manuel Hélder Vieira Dias Júnior, mais conhecido como Kopelipa. Um político veterano do Futungo que se desentendeu com Kopelipa disse-me que, se chegasse o dia da queda de Kopelipa, «as pessoas na rua irão desmembrá-lo pelo que ele fez no passado». Como chefe do departamento militar da presidência, ele preside aos serviços de segurança que protegem o Futungo por todos os meios que se mostrem necessários. Alguns até se atrevem a chamar-lhe «o chefe do *boss*».¹⁰ Durante a guerra, foi chefe dos serviços secretos e coordenava as compras de armas do MPLA.¹¹ Mais recentemente, surgiu como o mais destacado dos «generais empresários», as figuras de proa do dispositivo de segurança que traduziram a sua influência em participações nos diamantes, petróleo e qualquer outro setor que pareça lucrativo. Entre eles, este trio formou o núcleo da sanha comercial do Futungo.

Uma lei de 1977, há muito negligenciada, proíbe as empresas americanas de participarem na privatização do poder em terras distantes. Revista em 1998, a The Foreign Corrupt Practices Act (FCPA) [Lei das Práticas Corruptas Estrangeiras] criminaliza uma empresa que opere nos Estados Unidos se pagar ou oferecer dinheiro ou qualquer coisa de valor a funcionários estrangeiros

para ganhar negócios. Abrange as empresas em si e os seus funcionários. Durante anos, depois de ser aprovada, a FCPA foi mais um ideal louvável do que uma lei efetivamente cumprida. Contudo, a partir de 2000, as agências que deviam fazê-la cumprir — o Departamento de Justiça, que propõe ações penais, e a Comissão de Valores Mobiliários, o regulador da bolsa de valores, que trata das ações cíveis — começaram a fazê-lo com entusiasmo. Foram atrás de alguns dos nomes grandes, incluindo a BAE Systems, a Royal Dutch Shell e uma antiga subsidiária de Halliburton chamada Kellogg Brown & Root. As três admitiram ter infringido a FCPA ou ter cometido infrações relacionadas com a FCPA, e os casos resultaram em multas e restituição de lucros num total de mais de mil milhões de dólares — muito embora tais quantias mal belisquem os lucros de empresas da sua dimensão.

As empresas petrolíferas e de extração mineira contam com mais processos ao abrigo da FCPA e de leis semelhantes aprovadas noutros sítios do que qualquer outro setor.¹² De facto, os acordos da Halliburton e da Shell estavam relacionados com subornos na Nigéria. As empresas queriam direitos a áreas geográficas específicas com as melhores condições possíveis. Para os habitantes dos estados com recursos naturais da África subsariana, atrair algum do rendimento que algumas empresas de exploração de recursos pagam ao estado a troco de território lucrativo — ou assumir uma posição de controlo nesse território — é, de longe, o caminho mais direto para as riquezas.

Entregar uma mala cheia de notas é apenas a maneira mais simples de enriquecer os funcionários locais através de empreendimentos petrolíferos e mineiros geridos por empresas estrangeiras. Uma técnica mais sofisticada envolve empresas locais, muitas vezes com pouco conhecimento anterior nas indústrias de recursos. É dada a estas empresas uma participação no princípio de um projeto relacionado com petróleo ou minério, juntamente com as organizações estrangeiras que fazem as

escavações e a perfuração. Por vezes, tais empresas são detidas por genuínos homens de negócios locais. Mas, outras vezes, são apenas empresas de fachada cujos proprietários são os próprios funcionários que influenciaram ou controlam a atribuição de direitos à exploração mineira e de petróleo e que procuram transformar essa influência numa participação nos lucros. Neste último caso, a empresa mineira ou petrolífera estrangeira arrisca-se a ter problemas legais no seu país de origem. Contudo, muitas vezes os proprietários máximos das empresas de fachada escondem-se atrás de várias camadas de secretismo corporativo. Uma razão pela qual as empresas de recursos estrangeiras levam a cabo o que é conhecido como «diligências devidas», antes de fazer investimentos no estrangeiro, é para procurar saber quem é efetivamente dono dos seus parceiros locais.

Em alguns casos, as investigações das diligências devidas equivalem a, nas palavras de um antigo banqueiro de topo, «fabricar negação plausível». Noutras, o trabalho das diligências devidas levanta tantas dúvidas sobre o futuro negócio que a empresa simplesmente o abandona. Frequentemente, as provas que as diligências devidas reúnem sobre os riscos de corrupção são inconclusivas. Nesse caso, cabe à empresa decidir se continua com o processo.

Em 2007, quando as suas ambições angolanas começaram a tomar forma, a Cobalt contratou a Vinson & Elkins e a O'Melveny & Myers, dois respeitáveis escritórios de advogados americanos, para levar a cabo as suas diligências devidas. Não é fácil obter registos empresariais em Angola, embora o acesso de qualquer empresa aos registos dos seus parceiros deva ser autorizado. Conseguí obter os documentos de registo da Nazaki, e o seu influente trio de proprietários não aparece em lado nenhum nesses documentos. Mas havia algumas pistas. Um documento nomeia um homem chamado José Domingos Manuel como um dos sete acionistas da Nazaki e o gerente da empresa. O seu nome também aparece ao lado dos de Vicente, Kopelipa

e Dino, na lista de acionistas de um empreendimento petrolífero diferente.¹³ Tal facto podia ter levantado suspeitas a qualquer empresa que estivesse a considerar um projeto de negócios com a Nazaki: demonstrava uma ligação clara entre um acionista da Nazaki e três dos homens mais poderosos do Futungo. (Foi-me dito por duas pessoas que conhecem bem o Futungo que José Domingos Manuel tinha sido um oficial de alta patente nas forças armadas e que a sua ligação a Kopelipa era pública.) Havia outro sinal de alerta: seis dos sete acionistas da Nazaki eram pessoas individuais, mas o sétimo era uma empresa chamada Grupo Aquattro Internacional. Os próprios documentos de registo da Aquattro não nomeiam os seus acionistas. Mas são Vicente, Kopelipa e Dino.

Em 2010, dois anos após as autoridades angolanas terem dito pela primeira vez à Cobalt que queriam que esta assumisse uma parceria com a Nazaki, um ativista angolano que levava a cabo uma cruzada contra a corrupção chamado Rafael Marques de Morais publicou um relatório dizendo que Vicente, Kopelipa e Dino eram os verdadeiros proprietários da Aquattro e, consequentemente, da Nazaki.¹⁴ «Os seus negócios não fazem qualquer distinção entre assuntos públicos e privados», escreveu. A Nazaki era apenas um dente na engrenagem da pilhagem, o que significava que «os despojos do poder em Angola são partilhados por um punhado de pessoas, enquanto a maior parte da população permanece na pobreza».¹⁵

Pelo menos um investigador da diligência devida sabia daquilo que a Cobalt diz que foi incapaz de determinar. Na primeira metade de 2010, um investigador — vamos chamar-lhe Jones — trocou uma série de documentos com a Control Risks, uma das maiores empresas de informação empresarial. A Control Risks, mostra a correspondência, tinha lançado o «Projeto Banihana», um empreendimento aparentemente com o nome de código de uma cadeia de restaurantes japoneses da Florida, para estudar a Nazaki. Jones, um experiente trabalhador angolano, avisou o

seu contacto na Control Risks de que as concessões de petróleo em Angola só eram concedidas se o MPLA e a elite empresarial daí tirassem proveito. De seguida apontou Kopelipa como um dos homens por trás da Nazaki. Nenhum cliente é nomeado na correspondência. (Na maior parte dos casos, os investigadores autónomos não sabem para quem estão, em última análise, a trabalhar). Tanto a Cobalt como a Control Risks se recusaram a dizer se o grupo do Texas era o cliente neste caso. Porém, o que é claro é que os avisos estavam lá e podiam ser encontrados. Pelo menos uma outra investigação de diligências devidas, que eu saiba, também teve conhecimento das ligações do Futungo com a Nazaki.¹⁶

Por sua conta e risco, a Cobalt avançou para um negócio num país que estava classificado, em 2010, no 168.º lugar entre 178 países no índice de perceção de corrupção anual da Transparency International, sem saber a verdadeira identidade do seu parceiro, uma empresa sem qualquer trajetória na indústria e registada num endereço numa ruela em Luanda que foi impossível localizar quando fui à procura dela, em 2012.

Quando as autoridades americanas informaram a Cobalt de que tinham aberto um inquérito formal às suas operações em Angola, a empresa defendeu que tudo estava à vista. Sem a fanfarra que acompanhou o estrepitoso anúncio da sua grande descoberta, alguns dias antes, nesse mesmo mês, ao largo da costa atlântica, a Cobalt revelou a investigação no seu balanço anual. «A Nazaki negou repetidamente as alegações por escrito», declarou a Cobalt aos seus acionistas, dizendo ainda que tinha «levado a cabo uma investigação exaustiva a estas alegações e acreditamos que as nossas atividades em Angola cumpriram todas as leis, incluindo a FCPA». Dois meses mais tarde, quando escrevi a Joe Bryant para lhe perguntar sobre as alegações, o advogado da Cobalt respondeu e foi mais longe: as diligências «exaustivas e em curso» da Cobalt «não encontraram nenhuma prova credível da alegação central de que funcionários

governamentais angolanos, e especificamente [Vicente, Kopelipa e Dino] detenham qualquer participação na Nazaki». Referindo-se à sua grande descoberta de há poucas semanas, o advogado da Cobalt acrescentou: «O sucesso traz naturalmente consigo muitos desafios. Um deles é responder a alegações infundadas.»

O problema para a Cobalt residia em que as alegações não eram infundadas. Eu também tinha escrito a Vicente, Kopelipa e Dino, expondo as provas de que eles eram proprietários de participações na Nazaki, que eu tinha recolhido em documentos e entrevistas. Vicente e Kopelipa escreveram cartas quase idênticas em resposta, confirmando que eles e Dino, de facto, eram proprietários da Aquattro e, dessa forma, tinham participações secretas na Nazaki, mas insistindo que não havia nada de errado nisso. Tinham detido as suas participações na Nazaki, «sempre respeitando toda a legislação angolana aplicável a tais atividades, não tendo cometido qualquer crime de abuso de poder e/ou tráfico de influências para obter vantagens acionistas ilícitas». As *holdings* tinham, de qualquer maneira, sido «recentemente dissolvidas». Se a lei americana fizesse com que a Cobalt tivesse de sair de Angola, acrescentavam Kopelipa e Vicente, outros estariam dispostos a ocupar o seu lugar.¹⁷

No escritório de Manuel Vicente no complexo presidencial da colina de Luanda, o único som era o do aparelho de ar condicionado que mantinha as salas a uns confortáveis 21°C e as marteladas que os operários davam fazendo a manutenção na rua, bem cedo, naquela manhã. Um *Mercedes* e um *Land Cruiser* estavam preparados para abrir caminho no meio do trânsito, se o ministro precisasse de se arriscar a ir para lá do muro vermelho alto que rodeia o complexo. A única decoração nas paredes beges era o retrato de José Eduardo dos Santos numa moldura dourada.

Vicente entrou, vestido com um fato elegante e com um ar fresco após a sua corrida matinal. Se estava incomodado por eu o ter apontado como beneficiário de um acordo petrolífero duvidoso dois meses antes, não o mostrava. De facto, como Vicente

colocava as coisas, não havia nada de embaraçoso no acordo. Se, enquanto era responsável da Sonangol, tivesse conscientemente detido uma participação na empresa designada para ser parceira de um grupo estrangeiro, isso teria sido um «conflito de interesses», reconheceu ele.¹⁸ Mas Vicente, um homem com uma reputação de competência implacável e um conhecimento profundo da indústria petrolífera angolana, disse que não sabia que a Aquattro, a empresa de investimento de que fora proprietário com Kopelipa e Dino, era proprietária de participações na Nazaki, a parceira local da Cobalt. Quando «todas estas notícias apareceram», revelando que ele detinha, de facto, uma participação na Nazaki, «decidimos sair», disse ele. O seu interesse na Nazaki tinha sido «liquidado» no ano anterior, declarou. «Hoje em dia não sou diretor nem beneficiário direto da Nazaki.»

A posição de Vicente era basicamente a mesma que a da Cobalt: se havia alguma coisa menos própria no acordo, desconheciam. Vicente disse-me que conhecia Joe Bryant «muito bem». A sua relação datava de anos antes da formação da Cobalt, quando Bryant trabalhava para a Amoco, uma petrolífera americana que se fundiu com a BP em 1998. Essa relação, pareceu-me, podia ter sido uma maneira simples de verificar se Vicente e os seus amigos eram secretamente proprietários de participações da Nazaki. Bryant podia simplesmente ter perguntado a Vicente se os rumores eram verdadeiros. Perguntei a Vicente: Você e Bryant algum dia discutiram este assunto? «Não», afirmou ele.

Juntamente com as suas participações pessoais na indústria petrolífera, os membros do Futungo asseguram-se de que as receitas do petróleo que revertem para o estado angolano são postas ao serviço dos propósitos do regime. O orçamento de Angola de 2013 alocou 18 por cento dos gastos públicos para a defesa e ordem pública, 5 por cento para a saúde e 8 por cento para a educação. Isso significa que o governo gastou 1,4 vezes mais na defesa do que na saúde e nas escolas em conjunto. Por comparação, o Reino Unido gastou quatro vezes mais em saúde e educação do

que na defesa. Angola gasta uma parte maior do seu orçamento nas forças armadas do que o governo de *apartheid* da África do Sul nos anos de 1980, quando procurava esmagar a resistência doméstica crescente e fomentava conflitos entre os seus vizinhos.¹⁹

Os generosos subsídios ao combustível são apresentados como um bálsamo para os pobres, mas, na verdade, beneficiam fundamentalmente os suficientemente ricos para poderem ter carro e os politicamente relacionados para ganharem uma licença de importação de combustível. O governo de Angola meteu petrodólares em contratos para estradas, habitação, caminhos de ferro e pontes a um ritmo de \$15 mil milhões de dólares por ano, na década até 2012, uma soma enorme para um país com 20 milhões de pessoas. As estradas estão melhores, os caminhos de ferro estão lentamente a chegar ao interior, mas a explosão na construção também se revelou uma benesse para os burlões: calcula-se que os subornos sejam responsáveis por mais de um quarto dos custos finais dos contratos de construção do governo.²⁰ Além disso, muito do financiamento é feito sob a forma de crédito da China garantido pelo petróleo, sendo que muito desse crédito é controlado por um departamento especial que o general Kopelipa dirige há anos. «O país está a ficar com nova cara», diz Elias Isaac, um dos ativistas mais proeminentes de Angola na luta contra a corrupção. «Mas será que está a ficar com uma nova alma?»²¹

Manuel Vicente estava empenhado em corrigir a impressão de que os governantes de Angola abdicaram dos seus deveres para com os seus cidadãos. «Só para o tranquilizar, o governo está a levar muito a sério, está empenhado em combater, em lutar contra a pobreza», disse-me ele.²² «Somos pessoas sérias, sabemos muito bem qual é a nossa obrigação, e sabemos muito bem a nossa responsabilidade.» Falando com ele, não tive dúvidas de que havia uma parte de Vicente que queria melhorar a sorte dos seus compatriotas, ou pelo menos ser visto como estando a tentar fazê-lo. «Sou cristão», disse ele. «Não funciona se

nós estivermos bem e as pessoas à volta não tiverem nada para comer. Não nos sentimos confortáveis.»

Há duas soluções para esse problema: partilhar alguma comida ou tirar os famintos da vista. O historial do Futungo sugere que preferem a última.

António Tomás Ana vive em Chicala desde 1977, antes de a chegada dos refugiados da guerra civil que vieram do interior ter tornado uma calma colónia piscatória no mar de gente que é hoje, encurralada entre o oceano e as encostas que se erguem até ao complexo presidencial. Mais conhecido como Etona, é um dos artistas mais proeminentes de Angola. Numa oficina ao ar livre murada com tijolos, os seus ajudantes lascam troncos de acácia com cinzéis e maços. Uma das suas esculturas de madeira nodosa que são a sua marca registada decora o átrio da sede da Sonangol.

Entre os 65 mil vizinhos de Etona, em Chicala, estão oficiais das forças armadas e um fotógrafo profissional que ganha \$5000 por mês, que não dão para muito numa Luanda ultracara, mas que lhe permitiram construir no lugar da barraca em chapa, que comprou há 25 anos, o edifício anguloso mas sólido à volta do qual os seus netos brincam hoje. Em junho de 2012, aquela casa, tal como a oficina de Etona e a biblioteca comunitária que está a construir, estavam destinadas, juntamente com o resto de Chicala, a ser arrasados — e, desta vez, não pelo mar.

Se pudessem escolher, poucas pessoas escolheriam viver com as parcas comodidades e oportunidades de Chicala. O partido no poder prometeu eletricidade na campanha eleitoral de 2008, mas pouca chegou, e não tinha sobrado muita coisa da última promessa de abastecer água canalizada, feita no período que precedeu as eleições de 2012. Mas lugares como Chicala são comunidades, com a sua própria forma de viver e a sua própria camaradagem. Calcula-se que três em cada quatro habitantes de Luanda, numa população total de entre 5 e 8 milhões, vivam em bairros de lata conhecidos como *musseques*. Embora as condições

nalguns, como a construção precária em cima de lixeiras, sejam dramáticas, Chicala e outros musseques centrais têm as suas vantagens. O trabalho, formal ou informal, está à mão, nas zonas comerciais de Luanda.

Etona passa muito tempo a pensar na forma de introduzir melhoramentos num bairro de lata que facilmente teria tido poses para deixar. «A regeneração não tem a ver com estradas e passeios — está na mente», disse-me ele quando nos conhecemos na sua oficina, com a camisa vermelha limpíssima apesar do calor da tarde.²³ «Isto», disse ele, levantando o braço para o bairro de lata movimentado, onde alguns jovens estavam a jogar furiosamente nos matraquilhos ali perto, «isto também é parte da cultura, parte do país». Mas os dias de Chicala estavam contados. Os seus habitantes iam ser realojados, quer quisessem quer não, em novos aldeamentos nos arredores de Luanda. Um novo hotel de luxo e os escritórios reluzentes de uma empresa petrolífera americana tinham nascido na periferia de Chicala, prenúncio daquilo que havia de tomar o lugar do bairro. Uma praia que em tempos fervilhava com bares e restaurantes onde se servia peixe tinha sido vedada, preparada para os empreiteiros.

Os residentes de Chicala com quem falei olhavam para as promessas das autoridades de uma vida melhor noutra sítio com profunda suspeita. Cerca de três mil tinham já saído, alguns reunidos pela polícia e amontoados em camiões com os seus pertences, sendo qualquer objeção ignorada. O governo está disposto a usar a força para fazer a limpeza dos bairros de lata, fazendo descer soldados de helicóptero para levar a cabo despejos ao romper do dia.²⁴ Mas Etona, pelo menos, tencionava resistir quando chegasse a sua vez. «Se não falarmos, vamos ser levados para o Zango.»

O Zango fica a pouco mais de 19 quilómetros para sul do centro de Luanda, onde a dispersão da capital se torna menos densa, dando lugar ao mato ocre. Tal como um aldeamento idêntico para norte, dizem-lhes que é um novo começo para os habitantes

dos bairros de lata de Angola. Quem ouve os responsáveis diria que o Zango é a terra prometida. «Estamos a deslocá-los para habitações mais dignas», disse-me Rosa Palavera, diretora da unidade de redução da pobreza da presidência.²⁵ «Não há serviços básicos [em Chicala]. Há criminalidade.»

Mesmo que se ignore a negligência oficial que está por trás da falta de comodidades em Chicala, não se pode dizer que o Zango seja preferível. Quem mudou para o Zango tem sorte se encontrar serviços básicos ao mesmo nível dos que deixou para trás.²⁶ Às vezes, as casas novas eram ainda mais pequenas do que as antigas. Nas fotografias aéreas, os novos aldeamentos pareciam campos de detenção, com as suas habitações atarracadas dispostas em filas invariavelmente iguais. Havia também barracões muito mais instáveis do que qualquer coisa semelhante em Chicala. Os que tinham tentado viver lá fazendo viagens diárias do Zango para a cidade, partiam muito antes de o sol nascer e regressavam à meia-noite, mal lhes ficando tempo para dormir, já para não falar em ver os filhos. Outros recém-chegados simplesmente regressaram diretamente para Chicala, uma decisão ousada dado que o bairro de lata está sob a alçada do departamento das forças armadas dirigidas pelo general Kopelipa, o temido chefe de segurança.

No caminho de regresso de Zango em direção ao centro de Luanda, a estrada atravessa a fronteira invisível que separa a maioria dos angolanos do enclave de abundância que a petro-economia criou.

O novo e glamoroso aldeamento do Kilamba foi construído de raiz por uma empresa chinesa com um custo de \$3,5 mil milhões. Os guardas de serviço nos portões adotam uma pose intimidatória à medida que nos dirigíamos para eles pela rua longa e curva. Permitem que os meus companheiros e eu passemos a troco do preço de uma garrafa de água. Lá dentro a atmosfera era sinistra, lembrando um daqueles filmes sobre desastres em que uma catástrofe eliminou todos os vestígios de vida. Nada

bulia no calor seco. Fila após fila paralela de blocos de apartamentos reluzentes e de cor pastel, com entre cinco a dez andares, estendem-se até desaparecerem no horizonte, marcadas por bermas cobertas de relva aparada e postes que transportam fios de eletricidade. As ruas eram como seda, as melhores de Angola. Com exceção das partes mais ricas da África do Sul, em particular os condomínios fechados, conhecidos pelos seus detratores como «canis de yuppies», eu nada vira em África que se parecesse com o Kilamba.

As casas recentemente acabadas estavam para venda por entre \$120 mil e \$300 mil cada, aos suficientemente ricos para escaparem à pressão do centro de Luanda. Dizia-se que os primeiros residentes dos 20 mil apartamentos já se tinham mudado para lá, mas não havia sinais deles. Cerca de metade da população de Angola vive abaixo da linha internacional de pobreza de \$1,25 por dia; levar-lhes-ia, a cada um, cerca de 260 anos a ganhar o suficiente para comprar o apartamento mais barato no Kilamba.²⁷ Os preços desceram depois de uma visita oficial do presidente, mas mesmo assim só os angolanos mais ricos podem viver lá.

Equipas de trabalhadores chineses de fato de macaco e capacete aparecem em carrinhas de caixa aberta. Como outros projetos de construção chineses em África, o Kilamba foi construído com financiamento chinês e mão de obra chinesa, e fazia parte de um negócio maior que garantia aos chineses acesso aos recursos naturais — neste caso, ao petróleo de Angola. As bandeiras chinesa e angolana esvoaçavam sobre a entrada do Kilamba. Este era um projeto emblemático para o empreendedorismo chinês em África: Xi Jinping visitou o local quando ainda estava em construção em 2010, três anos antes de subir da vice-presidência chinesa para a presidência. Um grande cartaz proclamava que Citic, o conglomerado estatal chinês cujas operações vão desde a banca até aos recursos e à construção, tinha construído a nova cidade. A supervisão da construção tinha sido atribuída à Sonangol, que subcontratou a venda de apartamentos

a uma empresa chamada Delta Imobiliária. Dizia-se que a Delta pertencia ao império empresarial privado de Manuel Vicente e do general Kopelipa. Ambos os homens estavam perfeitamente colocados para usar o poder das funções públicas para conquistar ganhos pessoais para si próprios, tal como lhes tinham sido atribuídas participações escondidas no empreendimento petrolífero da Cobalt. O Kilamba era, nas palavras do ativista angolano Rafael Marques de Morais, «um verdadeiro modelo de corrupção africana».²⁸

Hexplosivo Mental canta *rap* com intensidade — sobrolho franzido, a mão esquerda a agarrar o microfone, a mão direita a cortar o ar. Tal como os Public Enemy e outros expoentes do *rap* de protesto antes deles, a sua arte passa por atacar os abusos dos poderosos. Figura espigada de capuz, empresta uma voz clara e lírica à dissidência em Angola que há muito era sobretudo sussurrada, exortando ao contragolpe contra o monopólio da riqueza e do poder da classe dirigente, com faixas como «Sentimento de um Pobre», «Reação das Massas» e «Livre de Ser».

Numa terça-feira de maio de 2012, um grupo de dez jovens angolanos juntou-se em Luanda na casa de um *rapper* de uma nova geração politicamente consciente. Hexplosivo Mental estava entre eles. Tinham estado envolvidos na organização das pequenas mas concertadas manifestações que haviam aturdido o regime. Na vanguarda do protesto contra o poder do Futungo, o grupo já tivera conflitos com as autoridades, nomeadamente quando a polícia dispersou as suas manifestações.

Não era a primeira vez que a casa era invadida. Mas o bando de 15 homens que apareceu pouco depois das dez, nessa noite, queria ensinar uma lição mais séria aos dissidentes.²⁹ Estava-se a três meses das eleições em que José Eduardo dos Santos planeava garantir uma vitória retumbante, e a distribuição de dinheiro do petróleo por si só não seria suficiente para neutralizar as

manifestações públicas de oposição ao seu governo. Irrompendo pela porta, os homens atacaram as suas vítimas com barras de ferro e machetes, partindo braços, fraturando crânios e derramando sangue. Feito o trabalho, desapareceram em jipes *Land Cruiser*. Um relato do ataque alegava que os veículos pertenciam à polícia — prova de que os atacantes faziam parte de uma das milícias pró-regime, cuja tarefa era instilar medo antes das eleições.

Ninguém morreu nessa noite, mas quando falei com Hexplosivo Mental, semanas mais tarde, o seu braço gravemente ferido estava ainda a ser tratado. Combinámos encontrar-nos discretamente numa rotunda movimentada em Luanda. Esperei cerca de 30 minutos até que ele telefonou a dizer que tinha tido de voltar para o hospital. Quando falou mais tarde ao telefone, o jovem *rapper* colocou a questão simplesmente: «Antes não sabíamos como protestar. Agora estamos a crescer.»

Houve algumas manifestações antigovernamentais significativas antes das eleições, mas se Hexplosivo Mental e os seus camaradas esperavam erguer um desafio a um regime entrenchado à escala das revoluções da Primavera Árabe que tinham surgido mais a norte, fizeram-no em vão. A soma de financiamento oficial disponível para os partidos políticos foi cortada de \$1,2 milhões nas eleições legislativas de 2008 para \$97 mil. Entretanto, dizia-se que o MPLA tinha gasto \$75 milhões na sua campanha.³⁰

O MPLA tem apoio genuíno, especialmente nas cidades costeiras que foram o seu bastião durante a guerra, e entre aqueles angolanos que estão tão traumatizados pelo conflito que veem o voto em qualquer representante, por muito venal que seja, como a opção que representa o menor risco de um regresso das hostilidades. O regime deixa pouca coisa ao acaso, dominando os *media*, nomeando os seus lacaios para dirigir as instituições que levam a cabo as eleições, cooptando políticos da oposição e intimidando os opositores. Kopelipa presidiu a um aparelho eleitoral que deixou 3,6 milhões de pessoas impossibilitadas de votarem:

quase tantos votos como o MPLA teve.³¹ A percentagem de votos do MPLA caiu 9 pontos comparando com as eleições de 2008, mas registou ainda assim uma vitória esmagadora, com 72 por cento dos votos. No novo sistema, o primeiro nome na lista do partido vencedor seria o presidente. Mais de três décadas depois de tomar o poder, José Eduardo dos Santos podia dizer que tinha um mandato para governar, apesar das revelações de uma reputada sondagem de opinião que mostravam que tinha a aprovação de apenas 16 por cento dos angolanos.³²

Em agosto de 2014, três anos depois de as autoridades americanas terem iniciado a sua investigação à corrupção relativa ao negócio angolano, a Cobalt emitiu um comunicado revelando que a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) tinha anunciado que poderia instaurar um processo cível contra a empresa.³³ «A empresa cooperou totalmente com a CVM nesta matéria e tenciona continuar a fazê-lo», anunciou a Cobalt. Joe Bryant apelidou a decisão da CVM de «errónea» e disse que a Cobalt continuaria a desenvolver os seus projetos angolanos. Na altura em que este texto foi escrito ainda não tinha sido instaurado qualquer processo e a Cobalt continua a negar qualquer irregularidade, como fez sempre. O preço por ação da Cobalt, que levou um golpe de mil milhões de dólares após o aparecimento da notícia dos seus parceiros angolanos, tendo afundado ainda mais depois de resultados de perfuração medíocres, caiu mais dez por cento depois do aviso da CVM.

Os fundadores da Cobalt já obtiveram grandes lucros. Entre fevereiro de 2012, quando a Cobalt revelou que estava sob investigação formal, e abril desse ano, quando Kopelipa e Vicente me confirmaram que eles e Dino tinham participações na Nazaki, Joe Bryant vendeu 860 mil das suas ações na empresa por \$24 milhões. Entre o início da investigação de corrupção e o fim de 2013 — período durante o qual a Cobalt também encontrou petróleo

no Golfo do México — a Goldman Sachs, um fundo comum Riverside-Carlyle, e a First Reserve, outra grande empresa privada de fundos de investimento americana, fizeram cada uma delas vendas de ações da Cobalt no valor de mil milhões de dólares.³⁴

Tentei descobrir quem tinha adquirido a participação na Nazaki que, de acordo com Vicente, ele, Kopelipa e Dino tinham «liquidado», bem como se os seus parceiros de negócio ainda eram acionistas, mas nem o trio nem a empresa me quiseram dizer. Em fevereiro de 2013, a Nazaki transferiu metade da sua participação para a Sonangol, a empresa petrolífera estatal. O jornal oficial não revelou o montante pago pela Sonangol pela participação, mas as avaliações dos banqueiros indicavam que valia cerca de \$1,3 mil milhões, pelo menos 14 vezes mais do que a quantia que se teria esperado que a Nazaki pagasse em custos de desenvolvimento até àquela altura.³⁵ Se algum montante foi pago, representou uma transferência de fundos dos cofres de um estado onde a grande maioria vive na penúria para uma empresa privada ligada ao Futungo. Depois, em 2014, três semanas após a Cobalt revelar que enfrentava um possível processo instaurado pela CVM, a empresa anunciou que tinha cortado a sua ligação com a Nazaki e com a Alper, cujos proprietários continuam por revelar. Ambas as empresas transferiram as suas participações no empreendimento da Cobalt para a Sonangol. Mais uma vez, nenhuma das partes envolvidas revelou a quantia que foi paga, se é que existiu de todo.³⁶

A Cobalt é apenas uma das dezenas de empresas que disputam o petróleo angolano, e a Nazaki era apenas um dente da engrenagem do Futungo para converter o seu controlo sobre o estado em lucros privados.

Pouco antes do Natal de 2011, quando Manuel Vicente estava a preparar-se para entregar as rédeas da Sonangol ao seu sucessor e com as despesas das eleições do ano seguinte no horizonte, sete empresas petrolíferas internacionais adquiriram os direitos de operação em 11 novos blocos no Atlântico. A área ficava na

zona «pré-sal», onde a Cobalt estava já a fazer exploração. Como em rondas de licitação anteriores em Angola e noutros sítios, as empresas concordaram em pagar bónus de assinatura. Estes são pagamentos à cabeça que as empresas petrolíferas fazem aos governos quando ganham direitos de exploração de um bloco, muitas vezes através de leilões. Os pagamentos são perfeitamente legais, embora frequentemente as quantias não sejam reveladas. Se fossem entregues furtivamente aos funcionários, tais pagamentos seriam considerados subornos; em vez disso, são depositados nos bolsos rotos das tesourarias dos estados do petróleo.

Qualquer angolano curioso por saber quanto o seu governo tinha feito com o leilão ficaria desiludido. Tendo em conta que, em 2001, a BP fora ameaçada de expulsão depois de anunciar a intenção de publicar alguns detalhes dos seus contratos angolanos, as empresas petrolíferas mantiveram os termos do bónus em segredo. A norueguesa Statoil fez algo parecido com uma revelação. Disse que o seu «compromisso financeiro» total por dois blocos, onde a empresa seria o operador do projeto, e a participação nos trabalhos em outros três blocos atingia \$1,4 mil milhões, «incluindo bónus de assinatura e uma comissão mínima sobre as operações». O ganho total do regime com toda a ronda de licitação teria sido um valor múltiplo daquele número.

Tanto os empreendimentos comerciais do Futungo como as atividades das instituições são envoltos em total secretismo, tanto assim que Edward George, especialista em assuntos angolanos que estuda o governo de Eduardo dos Santos há muitos anos, chama ao regime uma «criptocracia» — um sistema de governo em que as alavancas do poder estão escondidas.

Quando conheci Isaías Samakuva, num hotel em Londres numa tarde do princípio de 2014, há mais de uma década que era o líder da Unita, hoje o principal partido político angolano da

oposição. Samakuva passou a vida a lutar por uma causa perdida, mas permanece eloquente e composto. Tinha sido colocado em Londres como representante da Unita nos anos de 1980 e voltara para ver a família e tentar fazer lóbi contra o que ele via como a prontidão das potências ocidentais para se aproximarem de Eduardo dos Santos a fim de salvaguardar o acesso das suas empresas ao petróleo angolano. «A própria comunidade internacional protege estes tipos», disse-me Samakuva, tomando uma chávena de chá.³⁷ «O dinheiro deles não está na realidade em Angola. Negoceiam com os bancos em Portugal, no Reino Unido, no Brasil, nos Estados Unidos. A única explicação que conseguimos encontrar é que eles têm a bênção da comunidade internacional.»

As revoluções da Primavera Árabe estavam a dar a Eduardo dos Santos o pretexto para apertar ainda mais a segurança, continuou Samakuva. «Eduardo dos Santos está tão entrincheirado no poder que não irá permitir o que aconteceu no Egito.» Samakuva acrescentou: «Temos de ter paz a sério, não apenas para eles e para os seus interesses.»

Samakuva não tem dúvidas de que a sobrevivência do Futungo está nas estruturas sombrias da indústria do petróleo. «Não há separação entre o privado e o estado», disse ele. «Não há transparência. Ninguém conhece os bens do Sr. Eduardo dos Santos e da sua família.» Perguntei-lhe sobre uma empresa em particular. «Acho que é a chave de todo o apoio que é dado ao Sr. Eduardo dos Santos, ao seu governo.» Como pode uma empresa dar um apoio tão vital, perguntei. «Só podemos especular. É tudo obscuro.»

A empresa de que falava Samakuva opera na torre dourada Luanda One. É a empresa irmã da China International Fund, cuja bandeira se encontra sobre a entrada e que angariou milhares de milhões para projetos de infraestruturas sob condições não reveladas, entre eles a expansão do Kilamba.³⁸ A Cobalt, a Nazaki e outros grupos petrolíferos têm escritórios nos andares

inferiores, mas os andares do topo estão reservados para a empresa que Samakuva tinha em mente — a China Sonangol. Desde 2004, a China Sonangol acumulou participações numa dúzia de empreendimentos petrolíferos angolanos, incluindo alguns dos mais prolíficos, bem como uma fatia da mina de diamantes mais rica do país. A Sonangol, a empresa estatal de petróleo que é o motor financeiro do Futungo, detém 30 por cento da China Sonangol. O resto pertence ao bando de investidores baseados em Hong Kong que é conhecido como o Queensway Group e é dirigido por um chinês de barba e óculos chamado Sam Pa.




O bairro de lata de Chicala fica entre o complexo presidencial que aloja a clique governante de Angola e as águas do Atlântico, sob as quais se encontram algumas das reservas de petróleo mais ricas do mundo.

Foto do autor



António Tomás Ana, um artista angolano mais conhecido como Etona, está decidido a resistir aos planos do governo angolano de o desenraizar, a ele e aos seus 65 mil vizinhos, para abrir caminho a propriedades de luxo destinadas à elite sustentada pelo petróleo. *Foto do autor*



**«Uma demonstração poderosa
de como a exploração e o
tráfico de matérias-primas
serve o enriquecimento
pessoal de alguns.»**

The Times

ÁFRICA
é o continente
mais pobre do
mundo – e também o
mais rico. Embora concentre
apenas 2% do PIB mundial, alberga
15% das reservas de petróleo, 40% do
ouro e 80% da platina. No seu subsolo jaz um
terço das reservas minerais do planeta.

Mas o que poderia constituir a salvação do continente
é, pelo contrário, uma maldição.

Os recursos naturais africanos têm sido alvo de uma pilhagem sistemática. A contrapartida do petróleo e dos diamantes é a corrupção, a violência e desigualdades sociais gritantes. Mas os beneficiários deste saque, assim como as suas vítimas, têm nome. O crescimento acelerado de África é induzido pela voracidade de recursos naturais por parte de economias emergentes como a chinesa, e alimentado por uma rede sombria de comerciantes, banqueiros e investidores dispostos a subornar as elites políticas locais.

Em *A Pilhagem de África*, Tom Burgis, premiado jornalista do *Financial Times*, conduz o leitor numa viagem emocionante e frequentemente chocante aos bastidores de uma nova forma de colonialismo. Ao longo de seis anos, o autor abraçou uma missão através da qual se propôs denunciar a corrupção e dar voz aos milhões de cidadãos africanos que sofrem na pele esta maldição. Aliando um trabalho aprofundado de investigação a uma narrativa plena de ação, o livro traz uma nova luz sobre os meandros de uma economia globalizada e a forma como a exploração das matérias-primas africanas concentra a riqueza e o poder nas mãos de poucos.



Veja o vídeo de
apresentação
deste livro.

www.vogais.pt

v o g a i s
com todas as letras

20|20 editora

ISBN 978-989-8491-43-5



9 789898 491435

História